

Senador aprova sem saber a pauta

Josemar Gonçalves — 23.08.88

Após oito horas de sessões consecutivas, que começaram às 9h, o Senado começou a votar ontem, embora nenhum senador — nem mesmo a Mesa, que presidia os trabalhos — soubesse o quê. “Nós estamos votando uma caixa-preta”, protestou o senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA), que pediu para constar em ata seu voto de abstenção em todos temas. Primeiro, foram intermináveis discursos dos senadores Roberto Campos (PDS/MT) e Marcondes Gadelha (PFL/PB), que despediram-se da Casa. Depois, foram quatro votações seguidas, de um projeto do senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), implantando o ponto para a maioria dos funcionários do Senado.

Como a proposta tinha a oposição dos senadores Saldanha Derzi (PRN/MS) e do vice-líder do governo, Ney Maranhão (PRN/PE), entre outros, as votações foram obstruídas sistematicamente. Curiosamente, o quorum foi decrescendo a cada votação: 30, 28, 25 e 23 senadores presentes em plenário, indicava o painel eletrônico. O mínimo exigido pela Constituição são 38.

Finalmente, quando o relógio apontava 17h30, o senador Pompeu de Souza (PSDB/DF) disparou, com voz ininteligível, a leitura de diversos projetos, mas ninguém entendeu. “Eu gostaria de saber o que nós estamos votando”, indagou inúmeras vezes o senador paulista Mário Covas, líder do PSDB e um dos poucos interessados em conhecer o que estava sendo votado. Foi exatamente nesse intervalo — pouco menos de 15 minutos — que os senadores aprovaram, sem saber, dois projetos de lei complementar, que, pela Constituição, têm que ter a maioria absoluta dos votos em plenário para ser aprova-



Covas não tinha conhecimento

da. De autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), que não estava em plenário, as votações foram simbólicas, ou seja, como ninguém se manifestou em plenário, o tema foi aprovado.

Regimento

A rapidez do processo fez com que o senador Nelson Wedeckin (PDT/SC) só conseguisse reagir quando a terceira lei complementar entrava em votação. Ele quis saber se o Regimento permitia que o voto não fosse proferido nominalmente por cada senador.

Constrangido, Iram Saraiva (PDT/GO), que presidia a sessão, admitiu que o Regimento previa o voto nominal, mas a praxe permitia que um acordo de líderes saltasse por cima desse obstáculo. Saraiva lembrou, também, que o líder do PMDB, Ronan Tito (MG), havia conseguido assinaturas de 50 senadores em folhas em branco para garantir a tramitação das matérias

em regime de urgência urgentíssima.

Wedeckin interrompeu, então, a votação, através de um requerimento de adiamento que, novamente, foi votado, sem que ninguém soubesse o que aprovava. Entre doações de imóveis públicos e concessões de pensões vitalícias, os senadores aprovaram projetos de lei complementar das liberações e do cálculo dos tributos arrecadados por municípios, Estados e pela União. Um outro alistava 99 itens sobre os quais os prefeitos de municípios podem taxar produtos de serviços divesos. A confusão foi tamanha que o senador José Fogaça (PMDB/RS) garantiu que apenas uma lei complementar foi votada. Desanimado, o senador Mário Covas rendeu-se: “Estou estupefato, presidente”. Na Mesa, o presidente reagiu: “A Mesa também, senador”, desfechou Iram Saraiva.

Comissão

O Senado aprovou ontem a formação da comissão que vai responder pela Casa durante o recesso parlamentar. A criação do “Senadinho”, como está sendo conhecida a comissão, reúne sete parlamentares (um de cada bancada, mais um representante da Mesa), além de igual número de suplentes.

Compõem a comissão, como titulares, os senadores Mauro Benedites (PMDB-CE), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Chagas Rodrigues (PSDB-PI), Maurício Corrêa (PDT-DF), Albano Franco (PRN-AL), Moisés Abrão (PDC-TO) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), este último ocupando a vaga como membro da Mesa. Os respectivos suplentes são: Márcio Lacerda (PMDB-MT), Meira Filho (PFL-DF), Pompeu de Souza (PSDB-DF), Nelson Wedeckin (PDT-SC), Ney Maranhão (PRN-PE), Gerson Camata (PDC-ES) e Nabor Júnior (PMDB-AC).